

Ação Humanitária e a Reconstrução de Estados no pós – Guerra Fria: Kosovo, Haiti e Ruanda

Aluna: Ariane Dinalli Francisco

Orientador: Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Introdução

Neste primeiro momento de pesquisa, alguns avanços já foram obtidos no sentido da observação de determinado discurso relacionado às novas práticas humanitárias e suas consequências nos casos estudados, ponto principal da pesquisa.

O objetivo dessa análise tem como fundamento a expansão do conceito de segurança como manutenção da ordem para a visão de um *link* percebido entre desenvolvimento, segurança e humanitarismo. O desenvolvimento econômico e social, além da mudança do próprio conceito de segurança (de segurança estatal para segurança humana) e a mudança nas práticas humanitárias (a ajuda momentânea, de alívio, como dar água e comida, passa para a ajuda na própria reconstrução de longo prazo do país) são atualmente os conceitos-chave para o entendimento das ações, principalmente da ONU, em relação a países “em crise”.

Objetivos

Os estudos sobre Haiti, Ruanda e Kosovo (sob minha responsabilidade) se apresentam como parte de um projeto maior de pesquisa, que conta também com países como o Timor-Leste, Somália, República Democrática do Congo e Libéria.

Nesse sentido, o principal objetivo da pesquisa, juntamente com as análises individuais dos países e sua tentativa de (re)criar um Estado pleno que atenda às necessidades de sua população, seria o estudo da evolução normativa que a ajuda humanitária como um todo vem sofrendo com as boas e más experiências obtidas em cada intervenção.

Metodologia

Uma primeira análise foi feita a partir da documentação relacionada ao papel das organizações internacionais na construção dos Estados liberal-democráticos, a saber: *Consolidation Appeal Process* (CAP), *United Nations Development Assistance*

Framework (UNDAF); e resoluções do Conselho de Segurança da ONU para as *Peacekeeping Operations* (PKO), que listam atividades e ações feitas ou planejadas tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU) quanto pelas mais diversas Organizações Não-governamentais.

No caso do CAP, cada ONG participante determina uma lista de ações planejadas e estratégias para futuros avanços para determinada área (saúde, alimentação, etc), além de apresentar seu orçamento para tais, a fim de conseguir financiamento para suas atividades.

Os documentos da UNDAF são estudos da ONU que apontam os maiores problemas dos países, e também reproduzem listas de estratégias de ação no sentido de sinalizar à organização o que deve ser feito para a reconstrução do mesmo.

Por fim, as resoluções do Conselho de Segurança são documentos feitos pelo próprio Conselho que determinam as bases das práticas, das ações e da ajuda humanitária por parte da ONU.

Essas práticas dizem respeito, no caso do Haiti, Kosovo e Ruanda, principalmente, a reconstrução da infraestrutura dos países, ações relacionadas à saúde, educação, alimentação, organização estatal, ações relacionadas a refugiados e *Internal Displaced Persons* (IDPs). Há, ainda, programas para prevenção de riscos naturais, ação anti-minas e a construção de um aparato de justiça e *Rule of Law* condizentes com o modelo democrático.

Além dos documentos, algumas fontes acadêmicas também já foram apresentadas ao grupo e a análise do primeiro será utilizado como embasamento empírico em relação à literatura acadêmica teórica sobre as mudanças dos conceitos de segurança, desenvolvimento e humanitarismo. Assim, busca-se a produção de maior entendimento e construção de uma análise e descrição de cada país estudado como contribuição ao estudo das operações de paz e ajuda humanitária.

A análise dos casos

Paralelamente à análise dos documentos acima descritos, que têm como objetivo a busca de um entendimento generalizado das mudanças ocorridas tanto no discurso quanto nas práticas da ajuda humanitária, o estudo dos casos de maneira individual tem como meta o maior aprofundamento do entendimento dos mesmos e a produção de artigos e teses, uma vez que a produção acadêmica no Brasil relacionado ao assunto não tem sido grande.

No caso do Haiti, o recorte temporal previamente determinado acabou sendo ampliado para que englobasse todas as Operações de Paz da ONU no país (1993 – 2008). O estudo dos CAPs, juntamente com os relatórios da UNDAF e os mandatos das PKOs: *United Nations Mission in Haiti* (UNIMIH, 1993-1996), *United Nations Support Mission in Haiti* (UNSMIH, 1996-1997), *United Nation Transition Mission in Haiti* (UNTMIH, 1997), *United Nations Civilian Police Mission in Haiti* (MIPONUH, 1999-2000), *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti* (MINUSTAH, 2004 -), mostram a evolução da experiência da ajuda humanitária e tentativa de estabilização do país.

Um dos pontos de maior importância abordado nas missões de paz desse país diz respeito à construção de uma polícia civil e a estabilização política do mesmo. O Haiti é um país de grande tradição cultural e política que teve, por toda a sua história, conflitos de poder e influência que impediram um desenvolvimento próspero do Estado e da construção de estruturas estáveis.

A análise teórica do significado do poder e da estrutura vigente do Estado como forma de perpetuação da situação tem caráter importante na pesquisa e permitirá, na análise individual dos casos, um estudo aprofundado e grande contribuição acadêmica em relação à situação haitiana.

A questão da estrutura do Estado também se faz presente no caso de Ruanda. As relações de poder e a interação entre as partes de liderança do país são as principais responsáveis pela instabilidade da população e instituições como um todo, que acabou permitindo uma grande guerra e a destruição de qualquer aparato político e social que poderia dar estabilidade à população.

Esses dois exemplos, o do Haiti e o de Ruanda, são importantes casos de estudo para a relação entre as operações de paz da ONU e ajuda humanitária no que diz respeito à (re)construção de Estados “falidos” nos moldes liberais da democracia. Esses dois exemplos levantam um importante questionamento sobre o papel e funcionamento da democracia em países onde que tal modelo parece não dar certo.

O caso do Kosovo se alinha à problemática no sentido do questionamento da intervenção internacional. Apesar de ser, entre os três países, o que tem seu modelo mais próximo ao liberal democrático idealizado entre as potências, a intervenção internacional em um assunto doméstico (do ponto de vista da Sérvia, uma vez que o Kosovo era uma província autônoma do país) – na guerra do Kosovo – não só da ONU, como também, antes dessa, da OTAN, deu início a uma série de discussões sobre a

legitimidade ou não da intervenção para ajuda dos países. Tal ajuda leva em consideração não só a ajuda da população, mas também se refere à própria mudança no conceito de segurança, em que, entre outras questões, acredita que a instabilidade interna pode levar a uma instabilidade maior internacional.

O questionamento de intervenção internacional no Kosovo, juntamente com a experiência da ação da ONU em Ruanda, levou a importantes reflexões e mudanças normativas no cenário da segurança internacional.

Conclusão

Uma vez completo o levantamento bibliográfico e uma extensa pesquisa e descrição de cada caso, maiores conclusões poderão ser feitas em relação aos questionamentos iniciais apontados nesse relatório. Além disso, a análise da documentação como um todo, apesar de demorada, permitirá grande entendimento e reflexões sobre o discurso utilizado e transformado ao longo do recorte temporal comum utilizado (1998 – 2008).

Bibliografia

BAYART, Jean-Francois. **The State in Africa: The Politics of the Belly**. Nova Iorque: Longman, 1993.

CHANDLER, David. **From Kosovo to Kabul and beyond: Human Rights and International Intervention**. Londres: Pluto Press, 2002.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: The merging of development and security**. Nova Iorque: Zed Books, 2001.

RICHMOND, Oliver. **The Transformation of Peace: Rethinking peace and conflict studies**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.

SCHNABEL, Albrecht; THAKUR, Ramesh (eds.) **Kosovo and the Challenge of Humanitarian Intervention: Selective Indignation, Collective Action and International Citizenship**. Nova Iorque: United Nations University Press, 2000.